

Pedida prisão de ex-secretário da Saúde do Rio

Astor de Mello, o ex-presidente da Assembléia Legislativa José Nader, o deputado Aluizio de Castro e mais 82 pessoas são acusados de desvio de verbas e medicamentos da secretaria

GILSE GUEDES

RIO — O procurador-geral de Justiça do Estado do Rio, Hamilton Carvalhido, pediu ontem a prisão preventiva do ex-secretário de Estado de Saúde, Astor de Mello, do ex-presidente da Assembléia Legislativa, José Nader e do deputado estadual Aluizio de Castro (PPB), acusados de formação de quadrilha e desvio de verbas e de medicamentos da secretaria estadual de Saúde. O pedido de prisão está na denúncia apresentada ontem pelo procurador contra os três e mais 82 pessoas. Todos são acusados de desviar mais de R\$ 10 milhões dos cofres públicos e podem pegar até 15 anos de prisão.

A denúncia foi apresentada ontem ao Órgão Especial (OE), fórum máximo do Tribunal de Justiça, encarregado de julgar processos envolvendo secretários estaduais e parlamentares. Nos próximos dias, o OE deverá analisar se acolhe ou não o pedido de prisão preventiva. No caso de Aluizio de Castro, que tem imunidade parlamentar, é necessário que a Assembléia conceda autorização para que ele seja preso e julgado, conforme determina a Constituição Federal.

Carvalhido disse ontem que as provas contra os 85 denunciados são "graves" e "escandalosas". Na ação, o procurador cita pagamentos a empresas por obras não consumadas e compra de

medicamentos que jamais chegaram aos hospitais públicos. A denúncia é resultado do relatório apresentado em julho pelo Tribunal de Contas do Estado, que destacou desvio de dinheiro e de medicamentos.

Emergência — O superintendente do Hospital das Clínicas (HC), Alberto Kanamura, disse ontem que a direção do pronto-socorro foi informada pelo Hospital Municipal de Cotia e pelo PS Municipal da Lapa (Zona Oeste) que os pacientes de emergência dessas unidades serão encaminhadas ao HC. "Eles alegam que estão em dificuldades e, no caso de

Cotia, que vão fechar o PS", disse. A decisão seria motivada pelo congelamento do pagamento do Sistema Único de Saúde (SUS) determinada pelo ministro Adib Jatene, por irregularidades na emissão de faturas. O superintendente afirmou que, se a ameaça dos hospitais se confirmar, o atendimento será ainda mais comprometido. "Já trabalhamos com excesso de demanda e não somos infinitamente elásticos", disse. O pronto-socorro do HC tem 60 leitos e distribui 60 outros doentes que chegam de toda a Grande São Paulo em macas espalhadas pelos corredores. Kanamura informou que o governo estadual liberou R\$ 14 milhões para o custeio das atividades até o final mês. Havia sido solicitados de R\$ 44 milhões.

PENA DE
PRISÃO PODE
CHEGAR A
15 ANOS